

**INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – IPADES**

**POR QUÊ AINDA HÁ MUITOS MUNICÍPIOS POBRES NO BRASIL?**

*Francisco Benedito da Costa Barbosa*

**Sócio Presidente – IPADES**

O Brasil possui mais de cinco mil municípios sendo que uma parcela significativa é pobre e com baixo índice de desenvolvimento humano, dependendo, para a sobrevivência de grande parte de suas populações, da transferência de renda através das políticas sociais.

Mas, nos últimos dezoito anos o país tem evoluído muito, e um dos setores que tem contribuído para essa evolução é a agropecuária, que superando desafios gerou riqueza, distribuiu renda e desenvolvimento, em alguns locais, de forma sustentável; é uma atividade que está presente em todas as regiões brasileiras. Com esse desempenho têm-se hoje dezenas de cidades agrícolas com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) equivalente a países do primeiro mundo.

Então por quê ainda há esse grande números de municípios pobres no Brasil? A resposta passa pelo entendimento do que seja desenvolvimento, o que nesses municípios está longe de ser concebido.

Desenvolvimento é um processo de crescimento econômico com distribuição de renda e preservação ambiental gerando qualidade de vida para a população. Sua realização se dá com a participação do setor produtivo, do governo e da sociedade. Para melhor entendimento é importante analisar a participação desses segmentos isoladamente.

O setor produtivo, responsável pelo crescimento econômico, tem como objetivos principais o lucro e acumulação de capital, este último visando novos investimentos. Este segmento trabalho no mercado, instituição cuja operacionalização gera imperfeições. É imprescindível, mas soczinho dificilmente gera o desenvolvimento.

Tome-se como exemplo o crescimento econômico que vem ocorrendo no MATOPIBA, acrônimo das siglas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Trata-se de uma área de 73,07 milhões de hectares dividida entre esses estados, abrangendo 337 municípios.

Segundo Evaristo de Miranda, coordenador do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (Gite) da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a produção de grãos no MATOPIBA, em 2015 deve alcançar 20,4 milhões de toneladas, representando aproximadamente 10% da produção brasileira. Esta produção é bem maior que a de Minas Gerais, que este ano responde por 5,3% da produção nacional.

A participação do MATOPIBA na produção agrícola dos quatro estados nos quais a região está inserida passou de 35,05% em 1996 para 40,45% em 2006 e atualmente já ultrapassa 50%, segundo o pesquisador Miranda.

No entanto, segundo estudo feito pelos pesquisadores da Embrapa, Eliseu Alves e Geraldo da Silva e Souza, com base no censo agropecuário de 2006 – último realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – dos 250 mil estabelecimentos rurais existentes em MATOPIBA, 93,79% são agricultores classificados como pobres (13,95%) e muito pobres (79,84%), do total. A classificação geral por renda apresenta estabelecimentos muito pobres (79,84%), pobres (13,95%), classe média (5,79%) e ricos (0,42%). O estudo constatou que os quase 200 mil estabelecimentos mais pobres estão distribuídos por todos os 337 municípios do MATOPIBA, com uma média de 593 por município. Observa-se a geração de riqueza no MATOPIBA pela agricultura de grãos não é capaz de, isoladamente, resolver o grave quadro socioeconômico existente.

“A solução agrícola da pobreza extrema exigirá mudança da organização da produção, inclusive com a eliminação das imperfeições dos mercados de difusão de tecnologia, de insumos e produtos, de crédito rural e de exportações. Enquanto isso não vier, as políticas de transferência de renda são a opção viável como alternativa ao êxodo rural”, afirmam os autores. E como obter essa mudança? A resposta óbvia é a ação do governo: federal, estadual e municipal que devem atuar para resolver ou minimizar as distorções de mercado. Mas essa ação não acontece.

O governo, institucionalmente, deve cumprir esse papel, porém, na prática há uma grande distorção, de modo que se torna multifacetado e passa a exercer outras

funções bem distintas e ineficazes da sua função precípua, ou seja, tem-se governo inoperante, incompetente, corrupto, populista e ideológico.

Na escala de governo, o municipal tem papel importante, não pelo apoio financeiro, mas pelo diagnóstico e busca de solução, todavia, são muito poucos o que desempenham esse papel. Atualmente do que se “ocupam” diz respeito ao posto de saúde, a escola e a limpeza pública, atividades executadas com precariedade.

E o terceiro segmento responsável pelo desenvolvimento é a sociedade. Ao demandar produtos do mercado e ao conferir ao governo sua representação, espera que o setor produtivo e o governo promovam o desenvolvimento que a beneficiará. Ledo engano! A sociedade, principalmente a municipal, tem que deixar a postura passiva e se tornar pró-ativa de modo a demonstrar que sabe o que é o desenvolvimento, e mais que isso, que está atenta em consegui-lo. Pois do contrário, só obterá resultados como o que está demonstrado no exemplo do MATOPIBA, mas que se generaliza país afora, e que no quadro abaixo se explicita em números.

Distribuição da população e da renda por estabelecimentos – Censo Agropecuário 2006.

<b>Classificação por renda</b>	<b>Participação (%) no total os estabelecim</b>	<b>Total de estabelecimentos</b>	<b>% da renda bruta gerada</b>	<b>Renda bruta/estabelecimento (sal. min/mês)</b>
Muito pobres	79,84	199.801	5,22	0,48
Pobres	13,95	34.917	8,35	4,36
Class média	5,79	14.500	26,74	33,64
Ricos	0,42	1.020	59,69	1.067,21
Total	100	250.238	100	7,29

Fonte: Alves e Souza.

Verifica-se que é no quadro socioeconômico que estão concentrados os maiores problemas do MATOPIBA e da grande maioria dos municípios brasileiros. Outro estudo que aponta importante causa dessa nefasta realidade foi feito pelas pesquisadoras Daniela Rocha e Ignez Lopes, do Instituto Brasileiro de Economia da

Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE), que revela o quadro educacional nos municípios do MATOPIBA, constado pelo Censo de 2010, está muito distante daquele constatado pelo IBGE, o Censo nas regiões produtoras de grãos do Cerrado de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Segundo o IBGE, apenas 1% dos municípios do Centro-Oeste possuíam mais de 25% da população com 15 anos ou mais que não sabiam ler e escrever. Em MATOPIBA a parcela dos municípios em condições semelhantes era de 38,9%, abrangendo 131 dos 337 municípios desse polígono de produção agrícola.

Sem uma participação consciente e ativa da sociedade nos municípios a mudança desse quadro de pobreza será muito lenta. A cidadania é para ser exercida, ela é vital para a democracia e o desenvolvimento.